



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Oral

Quanto aos problemas relacionados com a vida da população, decorrentes da aplicação da nova “Lei de Terras” e que devem ser tratados com urgência, a pedido de residentes - através de um jornal do dia 26 de Junho de 2015, interpelação escrita datada de 1 de Julho de 2015 e intervenção antes de ordem do dia do dia 3 de Julho de 2015 – apresentei ao Governo a preocupação com uma série de conflitos sociais que podem ter a sua origem na nova “Lei de Terras” e alertei-o para a necessidade de se adoptarem medidas prospectivas para prevenir o caos social. Porém, o Governo não só não avançou com nenhuma medida como nem sequer ligou à situação de caos.

Por exemplo, segundo a imprensa: “Mais de 300 proprietários viram-se obrigados a suspender as prestações bancárias devido a pressões de natureza económica e psicológica ⁽¹⁾.” Recentemente, surgiu uma notícia ainda mais grave, segundo a imprensa: “Uma proprietária do Pearl Horizon sofre de doença grave devido ao excesso de cansaço com o incidente ... a proprietária doente hipotecou a antiga casa ao banco para pagar a primeira prestação, mas com o incidente, andou de um lado para outro para salvaguardar os seus direitos, durante a manhã tinha de tratar da sua casa, à noite não conseguia dormir, e com todo o cansaço e pressão acumulados, ficou doente ⁽²⁾”. E ainda segundo a imprensa: “Faleceu um proprietário do Pearl Horizon devido ao excesso de cansaço e pressão ⁽³⁾”. Será que o Governo só vai tratar da situação quando surgirem mais famílias em desgraça?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Agora, os cidadãos centram a sua atenção em como resolver, pela raiz, o caos decorrente da aplicação da nova Lei de terras, que perturba fortemente a tranquilidade social, afectando a vida da população. Por exemplo, o caso do Pearl Horizon, que já foi entregue ao órgão judicial, deixou a população muito ansiosa, e esta solicita constantemente ao Governo que faça face aos problemas e que os resolva de forma activa. Enquanto se aguarda pela respectiva decisão judicial, já se registaram as referidas situações miseráveis, noticiadas pelos média. Mais, o Governo também foi muito claramente advertido de que o caso iria causar, muito provavelmente, mais tragédias domésticas. Se, antes da devida decisão judicial, não for possível encontrar soluções para os problemas sociais da população, nomeadamente por parte do Instituto de Acção Social, cuja acção se foca nos problemas sociais da população, e da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, responsável pela elaboração da lei, haverá mais tragédias na sociedade. Se isto acontecer, como é que o cidadão comum e o Governo vão reagir? Assim, vai acabar por ser em vão o servir a população com entusiasmo, que tem sido, desde sempre, defendido pelo Governo, como valor nuclear da sua governação. O Governo assumiu as promessas de manter perenes a paz e a ordem da RAEM e de proteger, nos termos da Lei Básica, os direitos e interesses dos cidadãos. Então, como é que vai honrar isso?

Face ao exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Alguns cidadãos pediram-me para perguntar novamente ao Governo o



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

seguinte: os cidadãos estão preocupados com a forma de resolver, pela raiz, o caos decorrente da aplicação da nova Lei de Terras, que está a influenciar fortemente o bem-estar social e a prejudicar a vida da população. Por exemplo, alguns proprietários suspenderam o pagamento das prestações aos bancos devido à pressão psicológica, alguns até já faleceram devido a doenças graves resultantes de trabalho árduo, etc. O Governo deve definir melhores, mais substanciais e eficazes formas e medidas para resolver o fenómeno caótico decorrente da aplicação da nova Lei de Terras, em vez da actual forma de tratamento adoptada, isto é, a espera de forma indiferente pela decisão judicial. Será que já não dispõe de mais formas e medidas? Só vai actuar depois de acontecer algo mais grave?

2. Se por acaso as acções judiciais decorrentes da nova “Lei de Terras” continuarem a arrastar-se, provocando mais manifestações e petições aos órgãos de hierarquia superior, entre outros movimentos sociais, ou até surjam situações de cidadãos que, directa ou indirectamente, por causa disso, coloquem a sua família em problemas económicos, ou fiquem doentes e morram por excesso de cansaço, a indignação da população e a instabilidade social vão agravar-se. Qual é o serviço competente que vai assumir as responsabilidades perante isto? Convém frisar que o Instituto de Acção Social cuida dos assuntos da população e que a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça elabora as leis, então, de que soluções reais dispõem para conseguir salvar os cidadãos “das águas profundas e do fogo ardente”? Se não for possível encontrar soluções, como é que o Governo vai conseguir honrar as



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

suas promessas de assegurar a estabilidade perene da RAEM e de garantir os legítimos direitos e interesses dos cidadãos?

10 de Fevereiro de 2017

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau

Mak Soi Kun

Referências:

1. Os proprietários do *Pearl Horizon* deixam de pagar, a partir de hoje, as prestações, *Jornal Ou Mun*, 7 de Dezembro de 2016.
2. Federação dos proprietários do *Pearl Horizon* angariam 140 mil patacas para ajudar um dos proprietários na doença, *Jornal Ou Mun*, 17 de Janeiro de 2017.
3. Os proprietários do *Pearl Horizon* querem reunião tripartida, *Jornal Ou Mun*, 23 de Janeiro de 2017.